

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 040/2025

PROCESSO N. 31.50.040

COMPRAS.GOV.BR N.: 90.040/2026

PROCESSO SEI N.: 387.00004378/2025-24

CONTRATANTE (UASG) - (253101)

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS EDIFÍCIOS CIDADE I, II E IV.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 11/02/2026 às 9h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

A **Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU**, situada na Rua Boa Vista, 170 - Edifício C.I.D.A.D.E. I, Centro, São Paulo/SP, doravante denominada simplesmente CDHU, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, por intermédio do Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras, nos termos da Lei federal n. 14.133/21 e demais normas aplicáveis à espécie, incluindo as orientações constantes de Manuais de Pregão Eletrônico pela Nova Lei de Licitações e do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, publicados naquele portal e deste partes indissociáveis, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal n. 13.303/16, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), da Política de Transações com Partes Relacionadas, e do Código de Conduta e Integridade da CDHU.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação visa à contratação de empresa para prestação de serviços de recepção, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com a efetiva cobertura dos postos designados, para atender às necessidades dos Edifícios Cidade I, II e IV, localizados, respectivamente, na Rua Boa Vista, 170, 175 e 162 – Centro – São Paulo/SP, conforme quantidades, especificações, condições e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência – Anexo IV, compreendendo:

Descrição dos Postos de Serviço de Recepção	Unidade de Medida	Quant. Total	Código CATSER
44 horas semanais, diurno, de segunda a sexta-feira	Posto/dia	20	8729

- 1.2. A licitação será realizada em único item.
- 1.3. O prazo de execução do contrato é de 30 (trinta) meses, contados da emissão, pela CDHU, da correspondente Ordem de Início dos Serviços (O.I.S.), podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, nos termos da Lei n. 13.303/16.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
 - 2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei n. 14.133/2021 e na Lei Complementar n. 123/2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei n. 11.488/2007 e no art. 16 da Lei n. 14.133/2021.
- 2.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
 - 2.5.1. A participação neste certame é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006, observado o disposto no § 2º do artigo 4º da Lei n. 14.133/21.
 - 2.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere o subitem anterior fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

- 2.6. E, além do disposto nos artigos 65 a 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da CDHU, não poderão disputar esta licitação:
- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei n. 14.133/2021;
 - c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei n. 14.133/2021;
 - d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - h) agente público do órgão ou entidade licitante;
 - i) aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
 - j) aquele que, nos termos da alínea “b”, de inciso I, de artigo 13 c.c. artigo 11 da Lei Complementar n. 225/2026, for considerado devedor contumaz.

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n. 14.133/2021.

2.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata a alínea “d” do subitem 2.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. No que concerne às alíneas “b” e “c” de subitem 2.6. acima, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. Não poderão disputar esta licitação pessoas físicas, microempreendedor individual e pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

2.11. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei n. 14.133/2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos

direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei n. 11.488/2007, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n. 14.133/2021, excetuada a hipótese especificada nos subitens 3.4.1. e subsequentes.

- 3.4.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei n. 14.133/2021.
- 3.4.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada no subitem 3.4.1. acima ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006.
- 3.4.3. Como a participação neste certame não é exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

- 3.4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/21.
- 3.5. A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.3. e 3.4. acima, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n. 14.133/2021, e neste Edital.
- 3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.
- 3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos valor unitário e total do item, considerando o valor total ofertado para a execução do objeto licitado, nos termos de Proposta Comercial – Anexo I deste Edital.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar n. 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 4.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem 4.6. deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar n. 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 4.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem 4.6. acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar n. 123/2006.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 4.10. O descumprimento, por parte dos contratados, das regras supramencionadas, pode ensejar a responsabilização dos interessados pela Administração, nos termos deste Edital e da legislação vigente.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item e que corresponde ao valor total ofertado para a execução do objeto licitado, nos termos de Proposta Comercial – Anexo I deste Edital.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”, conforme definido no início deste Edital.
- 5.11. Como adotado o modo de disputa “aberto”, para o envio de lances, no pregão eletrônico, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
 - 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá

sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem 5.18.1. terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes - microempresa e empresa de pequeno porte - que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem 5.18.2.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
 - 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei n. 14.133/2021, nesta ordem:
 - 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 5.19.1.2. a avaliação de desempenho contratual prévio dos licitantes, para o qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei n. 14.133/2021, conforme regulamento;
 - 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

- 5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do §1º do art. 60 da Lei n. 14.133/2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos e prestados por:
 - 5.19.2.1. empresas estabelecidas no Estado de São Paulo;
 - 5.19.2.2. empresas brasileiras;
 - 5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no §1º do artigo 60 da Lei n. 14.133/2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 5.19.4. Será observado o disposto no §2º do artigo 60 da Lei n. 14.133/21 e no inciso III do artigo 41 c.c. o inciso I do artigo 58 da Lei Complementar n. 225/2026, quando for o caso.
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
 - 5.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 5.20.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que envie, no prazo de 2 (duas) horas, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.
 - 5.20.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do Pregoeiro, quando

constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

- 5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às **condições de participação no certame**, conforme previsto no art. 14 da Lei n. 14.133/2021, na legislação correlata e no subitem 2.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF.

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Relação de Apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).

6.1.6. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça(http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário consoante artigo 12 da Lei federal n. 8.429/1992.

6.1.7. Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN Federal, de que trata o inciso VI do artigo 2º da Lei nº 10.522/2002 e suas alterações, no que concerne à medida prevista nas alíneas “b” e “c” do inciso I do artigo 13 da Lei Complementar nº 225/2026, acerca do impedimento aplicável ao *devedor contumaz*.

6.1.8. Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual. A existência de pendências no registro do licitante não impede a participação na

licitação, mas sim a celebração do contrato ou de instrumento equivalente, e quaisquer pagamentos, nos termos da Lei estadual n. 12.799/08 e suas alterações, regulamentada pelo Decreto estadual n. 53.455/08, e da Resolução SF-44/08, da Secretaria da Fazenda.

6.1.8.1. Constatado o registro no CADIN Estadual e desde que não se refira à proibição constante de item 6.1.7. acima, será concedido ao licitante o prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a respectiva constatação, o qual poderá ser prorrogado, a critério da CDHU, para a devida regularização, permanecendo suspensa a contratação.

6.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

6.3.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.5. e 3.4. deste Edital.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

6.4.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.5.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 6.4. acima, o Pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7. deste Edital.

- 6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a) conter vícios insanáveis;
 - b) não obedecer às especificações técnicas contidas neste Edital ou em seus Anexos;
 - c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
 - d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 6.6. Em acréscimo às disposições de item 6.5. supracitado, deverão ser observados os seguintes preceitos:
- 6.6.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação a sua proposta final, conforme modelos constantes de Anexo I-A a I-C deste Edital.
 - 6.6.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
 - 6.6.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi utilizado o seguinte acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
 - a) Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado de São Paulo (SEAC-SP) e o Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo (SIEMACO-SP).
 - 6.6.3.1. O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) supracitados não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais a Contratada estiver vinculado nos termos de legislação vigente.

- 6.6.4. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:
- a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, consoante disposto em §1º de artigo 135 da Lei n. 14.133/21.
 - b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, consoante disposto em §2º de artigo 135 da Lei n. 14.133/21.
- 6.6.5. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o Pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei n. 14.133/21.
- 6.6.6. Na hipótese da contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.
- 6.6.7. O licitante deverá indicar, em Proposta Comercial – Anexo I deste Edital, o(s) sindicato(s), acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 6.6.8. Em todo o caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário mínimo vigente, o que for maior.
- 6.6.9. Anteriormente à celebração da contratação, o licitante vencedor deverá apresentar:
- 6.6.9.1. cópia da carta ou registro sindical do sindicato no qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou por força de decisão judicial.
 - 6.6.9.2. comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma de artigo 4º-B da Lei n. 6.019/1974 e suas alterações.

- 6.6.10. O licitante se responsabiliza pelas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual o licitante não tenha sido representado por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando o Contratado às sanções previstas no artigo 156, caput, incisos III e IV, da Lei n. 14.133/21.
- 6.6.11. O Contratado possui responsabilidade exclusiva pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo inadequado.
- 6.6.12. Deverá ser observada a aderência ao instrumento coletivo do trabalho ao qual a proposta do licitante esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inciso II do artigo 135 da Lei n. 14.133/2021.
- 6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.8. Considerando que o custo estimado total do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilhas-modelo elaboradas pela Administração, conforme documentação anexada a este Edital (Anexos I-A a I-C), o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar as correspondentes planilhas de composição por ele elaboradas, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.8.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei n. 14.133/2021.
- 6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que **não** haja

majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.9.1 O ajuste de que trata o subitem anterior se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.9.1.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, exemplificadamente, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. A aceitabilidade dos preços unitário e total ofertados em Proposta Comercial (Anexo I) apresentada pelo licitante será aferida com base nos valores praticados em mercado, vigentes na data de referência de preços (**Janeiro/2026**), coerentes com a execução do objeto ora licitado, acrescidos dos respectivos encargos sociais e benefícios e despesas indiretas (BDI) e salientando, quanto às micro e pequenas empresas, do disposto no item 4.6. deste Edital, que estão impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar federal nº 123/2006, não podendo aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

6.12. Nos termos do artigo 34 da Lei n. 13.303/16, o valor orçado pela Administração permanecerá sob sigilo durante o processamento deste certame.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no subitem 8.4. do Termo de Referência (Anexo IV) deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei n. 14.133/2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída, sempre que for o caso, pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.1.3. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexos II-A e II-B.

7.1.3.1. O licitante que optar por realizar a vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo telefone (11) 2505-2243, com o Sr. Gerson Stanzione, no horário das 9h às 17h, de segunda a sexta feira, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.1.3.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pelo CAUFESP, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n. 14.133/2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- 7.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 7.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência (Anexo IV) deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e

acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1. acima.
- 7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei n. 11.488/2007, somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, nos termos do artigo 43 da Lei Complementar n. 123/2006.

7.15.1 Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n. 14.133/2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
 - 8.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
 - 8.3.1.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo, ou em descumprimento ao disposto no subitem 8.3.1, acima, não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico *sei.sp.gov.br*, devendo, o interessado, para poder realizar o acesso, estar previamente cadastrado.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. O licitante será responsabilizado quando do cometimento das seguintes infrações:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital;

- e) apresentar proposta ou amostra, quando exigida, em desacordo com as especificações deste Edital.
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 9.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 9.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.6. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- 9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar, quando exigida, amostra falsificada ou deteriorada.
- 9.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei n. 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - a) advertência;
 - b) multa;
 - c) impedimento de licitar e contratar;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este Edital e aplicada após o regular processo administrativo.
- 9.5. A multa será recolhida nos percentuais abaixo indicados e incidentes sobre o valor do contrato licitado, nos termos do parágrafo 3º do artigo 156 da Lei n. 14.133/21, cumulado com parágrafos 1º a 5º do artigo 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da CDHU.
- 9.5.1. Para as infrações previstas nos subitens 9.1.1. a 9.1.4., a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado.
- 9.5.2. Para as infrações previstas nos subitens 9.1.5. a 9.1.9. a multa será de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.
- 9.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa, garantindo o exercício de prévia e ampla defesa.
- 9.7. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.8. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 9.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar, após o regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.1. a 9.1.4., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta estadual, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.
- 9.10. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após o regular processo administrativo, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 9.1.5. a 9.1.9., bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.1. a 9.1.4., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n. 14.133/2021, de no mínimo 3 (três)

anos a no máximo 6 (seis), no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos.

- 9.11. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos neste Edital pela Administração, descrita no subitem 9.1.3. caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades acima descritas.
- 9.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do artigo 158 da Lei n. 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.13. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra(s).
- 9.14. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei n. 14.133/2021.
- 9.15. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei n. 14.133/2021.
- 9.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 9.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CDHU à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigido na documentação que integra este Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
- 9.19. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

9.20. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei n. 14.133/2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

9.21. A CDHU deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, nos termos do art. 161 da Lei n. 14.133/2021.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: licitacao@cdhu.sp.gov.br; ou por petição dirigida ou protocolada no endereço sede da CDHU, Rua Boa Vista, 170, 1º andar, bloco 05, Centro, São Paulo/SP – CEP 01014-930 – Gerência de Licitações.

10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

10.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial, conforme especificado no subitem abaixo, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado e serão publicadas no sistema e no sítio eletrônico na internet: www.gov.br/compras/pt-br e www.cdhu.sp.gov.br/licitacoes, sem

informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 10.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
- 10.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará a presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

11. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei n. 14.133/2021.
- 11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 11.3. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura do Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo III.
- 11.4. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
 - 11.4.1. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
 - 11.4.2. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no subitem 6.1. deste Edital.
 - 11.4.3. Constitui condição para a celebração da contratação, a inexistência de registro em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN Federal”, de que trata o inciso VI do artigo 2º da Lei nº 10.522/2002 e suas alterações, no que concerne ao impedimento

aplicado ao *devedor contumaz* em conformidade com a alínea “c” do inciso I do artigo 13 da Lei Complementar nº 225/2026, *salvo* quando houver efeito suspensivo em processo administrativo ou judicial, sem prejuízo do registro ou da baixa dessa caracterização no Cadastro de que trata a Lei nº 10.522/2002 e suas alterações.

11.4.4. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN Estadual”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual n. 12.799/2008.

11.5. Constituem, igualmente, condições para a celebração da contratação:

- a) a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário perante a CDHU;
- b) a apresentação do comprovante de garantia de execução contratual, prestada pelo adjudicatário, nos termos do subitem 4.1. do Termo de Referência – Anexo IV e Cláusula Décima da Minuta de Contrato – Anexo III, ambos deste Edital;
- c) apresentação da Declaração de Atualização Cadastral do (s) Representante (s). Legal (ais) da adjudicatária designado (s) como signatário (s) do contrato a ser firmado com a CDHU, emitida pelo Sistema de Cadastro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – CadTCESP, por meio do endereço: <https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/#/>.
- d) no caso de sociedades estrangeiras, a apresentação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

11.6. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n. 14.133/2021.

11.6.1. O Contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.6.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.6.3. Será considerado celebrado o Contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

- 11.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o Contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do Contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei n. 14.133/2021.
- 11.8. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de Contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei n. 14.133/2021.
- 11.9. Na hipótese do Licitante, optante do Simples Nacional, vir a ser contratado, este não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeito à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o inciso XII do art. 17, o inciso II do art. 30 e o inciso II do art. 31 da Lei Complementar nº 123/06.
- 11.9.1. Configurada a hipótese anterior, o Contratado deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, situação esta que gera vedação à opção pelo Simples Nacional, às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no art. 30, §1º, inc. II, da Lei Complementar n.º 123/06.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

- 12.5. Em caso de eventual divergência entre as especificações constantes deste Edital e anexos com o código de cadastramento do certame junto ao ambiente compras.gov.br, prevalecerão as disposições deste Edital.
- 12.6. Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 12.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Administração.
- 12.9. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.9.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 12.9.2. O desatendimento de exigências meramente formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei n. 14.133/2021.
- 12.10. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos de instrução normativa vigente.
- 12.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico da CDHU, www.cdhu.sp.gov.br/licitacoes.
- 12.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 12.13. Integram o presente Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- Anexo I Proposta Comercial.
- Anexo I-A Planilha de Composição de Custos de Mão de Obra.

- Anexo I-B Planilha de Composição de Encargos Sociais e Trabalhistas.
- Anexo I-C Planilha de Composição de BDI.
- Anexo II-A Atestado de Visita Técnica.
- Anexo II-B Declaração de Conhecimento Pleno das Condições e Peculiaridades da Contratação.
- Anexo II-C Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação.
- Anexo III Minuta de Contrato.
- Anexo IV Termo de Referência.
- Anexo V Estudo Técnico Preliminar.

São Paulo, 27 de janeiro de 2026.

TICIANE COSTA D'ALOIA
Diretor Administrativo-Financeiro

REINALDO IAPEQUINO
Diretor Presidente

ANEXO I
PROPOSTA COMERCIAL
(a ser preenchida em papel timbrado do licitante)

À

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU

Rua Boa Vista n. 170 - Centro - São Paulo/SP

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Recepção, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com a efetiva cobertura dos postos designados, nos Edifícios CIDADE I, II E IV da CDHU

Prezados Senhores,

Após analisarmos, minuciosamente, toda a documentação constante da licitação supra referida e de seus anexos, propomos executar, sob nossa integral responsabilidade, o objeto desta licitação, em consonância com as especificações constantes de Termo de Referência – Anexo IV e com o valor unitário demonstrado em planilhas de composição anexas, pelo valor total de R\$ _____ (– – _____), assim compreendendo:

Descrição dos Serviços	Quant. de Postos (a)	Dias trabalhados/mês (b)	Valor Unitário Posto/Dia (R\$) (c)	Valor Total Mensal (R\$) (d) = (a)x(b)x(c)
Posto de Serviço de Recepção - Jornada de 44 horas semanais, diurno, de segunda-feira a sexta-feira.	20	20,75		
Prazo da Contratação (meses) (e)				30
VALOR TOTAL (R\$) (f) = (d) x (e)				

Obs: * Os preços unitário e total deverão contemplar somente duas casas de centavo.

- Os preços ofertados não contêm qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e contemplam, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos, encargos e benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas relacionados à perfeita prestação dos serviços, tais como: mão de obra; uniformes, EPI's, materiais, insumos; benefícios previstos em Termo de Referência e em convenção coletiva da categoria profissional envolvida;

impostos, taxas, contribuições, encargos e ônus incidentes; encargos previdenciários e trabalhistas; seguros; despesas de administração; custos com transporte; eventuais perdas, custos ou despesas necessárias ao cumprimento do objeto desta contratação.

- 2) Estamos cientes, em conformidade com o estabelecido no Edital, que não poderemos pleitear em nenhuma hipótese modificações no preço, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o objeto a ser executado, arcando com os ônus de eventual equívoco em seu dimensionamento.
- 3) Declaramos estar cientes dos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), bem como do Código de Conduta e Integridade da CDHU, disponibilizados em seu site, comprometendo-nos a respeitá-los e cumpri-los.
- 4) A execução em questão encontra-se sujeita às regras dispostas no Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990).
- 5) Sindicato representante da categoria profissional envolvida na prestação dos serviços: _____
- 6) Mês de referência de preço: Janeiro/2026
- 7) Item a ser preenchido apenas por empresas enquadradas na condição de micro ou pequena empresa e de optante, no momento da participação do certame, do Simples Nacional, nos termos de item 4.6. de Edital:

Declaramos que, na formulação da presente proposta, não aplicamos os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado, pois cientes do fato de que, no caso de nos sagarmos vencedores, estamos impedidos de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar federal n. 123/2006.

A presente proposta é válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de sua apresentação.

(Local), _____ de _____ de 2026.

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO I-A

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DE MÃO DE OBRA

Profissional/Função: Recepcionista	Jornada: 44 horas semanais	
DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS	Turno: Diurno, de 2ª feira a 6ª feira	
	Quantidade de Funcionários: 1	
	Valores em Reais [R\$]	%
REMUNERAÇÃO		
Salário-base		
BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
Vale Transporte – preço unit. por tarifa R\$ 5,82		
Custo mensal		
Parcela do Trabalhador		
Vale Refeição		
Custo mensal		
Dia da categoria (16 de maio)		
Parcela do Trabalhador		
Cesta básica		
Assistência médica familiar		
Benefício social sindical		
Auxílio Creche		
Norma Regulamentadora n.º 07		
Cesta Básica II (antigo benefício assiduidade)		
INSUMOS DIVERSOS		
Uniformes		
Custo mensal		
Crédito PIS/COFINS (se for o caso)		
Outros itens		
Custo mensal		
Crédito PIS/COFINS (se for o caso)		
ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		%
Encargos previdenciários e FGTS		
13º salário + Adicional de Férias		
Afastamento maternidade		
Custo de reposição do profissional ausente		
Custo de rescisão		
[*] Outros [informar]		
CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS		
Custos Indiretos		
Lucro		
Tributos		
ISS		
PIS		
COFINS		

Total do Posto/Mês		100,00%
TOTAL DO POSTO/DIA (20,75 dias/mês)		

UNIFORMES					
Descrição		Custo Unitário (R\$) [a]	Vida útil (meses) [b]	Quant. por funcionário [c]	Custo Mensal (R\$) [d] = [a]/[b] x [c]
MASCULINO	Terno masculino		12	2	
	Camisa de manga comprida		12	2	
	Sapato		12	2	
	Cinto		24	2	
	Meia		12	4	
	Gravata		12	2	
	Crachá de identificação		12	1	
FEMININO	Blazer feminino		12	2	
	Calça social feminina		12	2	
	Saia social feminina		12	2	
	Blusa social de manga curta		12	2	
	Blusa social manga comprida		12	2	
	Sapato		12	2	
	Meia fina social		12	4	
	Crachá de identificação		12	1	
	Custo Total Mensal Masculino (R\$)				
	Custo Total Mensal Feminino (R\$)				
	Proporção de homens na categoria				
	Proporção de mulheres na categoria				
	CUSTO TOTAL MENSAL médio (R\$)				

ANEXO I-B

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

GRUPO A – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (%) *	
Previdência Social	
SESI/Sesc	
SENAI/Senac	
Incra	
Sebrae	
Salário-educação	
Seguro Contra Acidentes de Trabalho = % Riscos Amb. do Trabalho x Fator Acidentário de Prevenção [1]	
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	
TOTAL DO GRUPO A *	

Obs: [1] O Licitante deverá apresentar junto a este anexo o FAT atualizado.

GRUPO B – TEMPO REMUNERADO E NÃO TRABALHADO (%) *	
Férias	
Ausência por enfermidade ≤ 15 dias	
Ausências legais	
Licença-paternidade	
Acidente de trabalho	
Aviso-prévio trabalhado	
TOTAL DO GRUPO B *	

GRUPO C – ADICIONAL DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO (%) *	
Adicional de férias	
13º salário	
TOTAL DO GRUPO C *	

GRUPO D – OBRIGAÇÕES RESCISÓRIAS (%) *	
Aviso-prévio indenizado	
Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	
Incidência da multa FGTS sobre os depósitos do FGTS	
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio trabalhado	
TOTAL DO GRUPO D *	

GRUPO E – APROVISIONAMENTO DE CASOS ESPECIAIS (%) *	
Incidência do Grupo A sobre afastamento por licença-maternidade	
Incidência do FGTS sobre o acidente de trabalho > 15 dias	
Percentual referente ao abono pecuniário	
Percentual referente ao reflexo do aviso-prévio indenizado sobre férias e 13º salário	
Incidência do FGTS sobre reflexo do aviso-prévio indenizado sobre 13º salário	
Percentual referente a demitidos a 30 dias da data-base	
TOTAL DO GRUPO E *	

GRUPO F – INCIDÊNCIAS CUMULATIVAS (%) *	
Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	
Incidência do Grupo A sobre o Grupo C	
TOTAL DO GRUPO F *	

TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS (A+B+C+D+E+F) (%) *	
--	--

[*] Transportar (somente duas casas percentuais após a vírgula) para a Planilha de Composição de Custos de Mão de Obra – Anexo I-A

ANEXO I-C

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI

ITEM	COMPONENTES	SUBTOTAL (%)	TOTAL (%)
Despesas Indiretas	Administração Central		(X)
	Seguros		
Lucro			(Y)
Despesas Fiscais	PIS		(T)
	COFINS		
	ISSQN (2,00%)		

$$BDI = [(1 + X) \times (1 + Y)] / (1 - T)$$

BDI adotado = _____% [1]

Obs: [1] Transportar (duas casas percentuais após a vírgula) para a Planilha de Composição de Mão de Obra – Anexo I-A

ANEXO II – A
ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

ATESTO que o representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, interessado (a) em participar do Pregão Eletrônico n.º _____/2026, Processo SEI CDHU n.º 387.00004378/2025-24, Sr (a). _____, CPF n.º _____, realizou visita técnica aos Edifícios CIDADE I, II e III, administrado pela CDHU, onde serão prestados os serviços de Recepção objeto do presente certame, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com a efetiva cobertura dos postos designados, para atender às necessidades das edificações visitadas, verificando assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua Proposta, bem como saindo ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o local onde serão executados os serviços.

São Paulo, _____ de _____ de 2026.

PREPOSTO DA CDHU**REPRESENTANTE DA EMPRESA**

Assinatura:
Nome:

Assinatura:
Nome:

ANEXO II-B

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

(a ser preenchida em papel timbrado do Licitante)

Eu, _____, portador do CPF n. _____, na condição de representante legal de (nome empresarial ou denominação), na qualidade de participante do Pregão Eletrônico n. _____/_____, Processo SEI CDHU n. 387.00004378/2025-24, **DECLARO**, nos termos do § 3º do artigo 63 da Lei n.14.133/21, ter conhecimento pleno das condições e peculiaridades da presente contratação, que visa à prestação de serviços de Recepção, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com a efetiva cobertura dos postos designados, para atender às necessidades dos Edifícios CIDADE I, II e IV, estando ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderemos pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais objeto da licitação relacionados no Anexo II-A do Edital, por ter declinado do direito de neles realizar a vistoria prévia.

(Local), _____ de _____ de _____.

(Nome/Assinatura do representante legal)

ANEXO II-C

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (a ser preenchida em papel timbrado do Licitante)

Eu, _____, portador do CPF n. _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), na qualidade de participante do Pregão Eletrônico n. ____/____, Processo SEI CDHU n. 387.00004378/2025-24, **DECLARO**, para fins de atendimento dos requisitos de habilitação constantes do subitem 8.4. do Termo de Referência (Anexo IV) do Edital, que:

- a) Cumprimos as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único de artigo 117 da Constituição Estadual.
- b) No caso de nos sagarmos vencedores do certame, atenderemos, na data de contratação, ao disposto no artigo 5º-C e nos comprometemos a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei n. 6.019/1974, na redação que lhe foi dada pela Lei n. 13.467/2017.

(Local), _____ de _____ de ____.

(Nome/Assinatura do representante legal)

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N. _____ / _____

PROCESSO SEI N. 387.00004378/2025-24

PREGÃO ELETRÔNICO N.: _____ / _____

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE RECEPÇÃO PARA
ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS
EDIFÍCIOS CIDADE I, II E IV, FIRMADO
ENTRE A CDHU E A
EMPRESA _____**

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU**, com sede nesta Capital, na Rua Boa Vista, n. 170 - Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n. 47.865.597/0001-09 e com Inscrição Estadual n. 109.588.330.110, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **REINALDO IAPEQUINO**, e por seu Diretor Administrativo-Financeiro, **NÉDIO HENRIQUE ROSSELLI FILHO**, aqui designada simplesmente **CDHU**, e de outro lado, _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob n. _____, neste ato representada pelo(s) abaixo assinado(s), aqui designada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato, tendo em vista o que consta do Processo SEI n. 387.00004378/2025-24, conforme homologação do Ilmo. Sr. Presidente, que será regido pela Lei n. 13.303/16, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) e pelo Código de Conduta e Integridade da **CDHU**, pela Lei n. 14.133/21, no que for aplicável, e em observância às demais legislações vigentes à matéria, na forma e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação, pela **CONTRATADA**, de serviços de Recepção, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com a efetiva cobertura dos postos designados, nos Edifícios CIDADE I, II e IV da **CDHU**, localizados, respectivamente, na Rua Boa Vista, 170, 175 e 162 – Centro – São Paulo/SP, conforme as especificações abaixo descritas, detalhadas neste instrumento contratual e no Termo de Referência – Anexo IV do Edital de Pregão Eletrônico n. _____, contemplando:

1.1.1. 20 (vinte) postos de serviço de Recepção, com jornada de 44h

semanais, diurno, de segunda a sexta-feira, assim distribuídos:

- a) 18 (dezoito) postos de serviço de recepção nos Edifícios CIDADE I e II;
- b) 2 (dois) postos de serviço no Edifício CIDADE IV.

- 1.2. Os serviços deverão ser executados no período entre 7h e 19h horas, de segunda a sexta-feira, conforme horários a serem estabelecidos pela **CDHU**, respeitados os limites legais de jornada de trabalho, inclusive os intervalos para descanso e alimentação (mínimo de uma hora) da mão de obra, mediante programação das equipes de trabalho, perfazendo o total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais por funcionário, da **CONTRATADA**, disponibilizado para a prestação dos serviços objeto desta contratação.
- 1.3. Para a contratação em questão não será necessária a cobertura do intervalo para repouso e alimentação, em razão do escalonamento dos profissionais.
- 1.4. O objeto contratual deverá atingir o fim a que se destina, com eficiência e qualidade requeridas.
- 1.5. A **CONTRATADA** que, por ocasião da realização do certame, era optante do Simples Nacional, deverá apresentar cópia dos ofícios, pelo qual solicita a exclusão desse regime, com comprovantes de entrega e recebimento, em que comunica a assinatura do presente contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no art. 30, §1º, inc. II, da Lei Complementar n. 123/06.
 - 1.5.1. No caso da **CONTRATADA** estar enquadrada no disposto no item 1.5. acima e não fizer as comunicações necessárias, a **CDHU** oficiará à Receita Federal para que esta proceda à exclusão por ofício, conforme disposto no inciso I do art. 29 da Lei Complementar n. 123/06.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

- 2.1. A vigência do presente Contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data estabelecida para início dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021, contados a partir de sua assinatura, estando nela computados os prazos de execução e de recebimento indicados neste instrumento, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes, nos termos da Lei federal n.º 13.303/16.

- 2.2. O prazo de execução dos serviços de recepção é de 30 (trinta) meses contados da emissão, pela **CDHU**, da Ordem de Início dos Serviços (O.I.S.), com descrição e especificação dos serviços a serem executados e limitado ao prazo de vigência estabelecido no item 2.1. acima.
- 2.3. A inobservância dos prazos estipulados nos subitens 2.1. e 2.2. nesta Cláusula somente será permitida pela **CDHU** em decorrência de caso fortuito ou força maior, previstos no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, mediante solicitação escrita e fundamentada por parte da **CONTRATADA**, implicando prorrogação, uma vez aceitas as justificativas pela **CDHU**, dos prazos contratuais, a ser formalizada através de Termo de Aditamento Contratual, sob pena de incorrer à **CONTRATADA** nas multas previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. A prestação dos serviços de recepção, nos postos designados no Termo de Referência, envolve a alocação, pela **CONTRATADA**, de empregados capacitados para:
- a) Assumir o posto devidamente uniformizados e com aparência pessoal adequada.
 - b) Prestar serviços de apoio ao público em geral, com atendimento presencial ou por telefone, realizando, sempre que necessário, pesquisas em sistemas informatizados.
 - c) Averiguar e identificar as necessidades do público, sanando dúvidas, fornecendo informações precisas e objetivas, e encaminhando-os corretamente ao lugar ou à pessoa procurada.
 - d) Receber de forma educada e prestativa os usuários que se dirigirem às unidades administrativas dos Edifícios CIDADE I, II e IV, anunciando, sempre que necessário, a chegada dos visitantes.
 - e) Comunicar imediatamente a **CDHU** quaisquer anormalidades verificadas, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
 - f) Manter afixado no posto, em local visível, o número de telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Ambiental, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse.

- g) Operar equipamentos de controle de acesso, inclusive em meios eletrônicos, além de máquinas simples de reprodução de documentos, computadores, telefones e similares.
- h) Protocolar processos e documentos na unidade, registrando a entrada, a saída e as movimentações, encaminhando os mesmos aos funcionários competentes.
- i) Identificar os visitantes por meio da emissão de crachás e instruí-los quanto à necessidade de seu uso. Essa identificação deve ser feita utilizando-se de sistema convencional de controle de acesso às dependências da Administração ou de sistema informatizado que venha a ser utilizado na recepção.
- j) Auxiliar na localização de funcionários para atendimento de vendedores e entregas de equipamentos e materiais em geral, nos distintos setores da unidade.
- k) Orientar o trânsito interno de empregados, visitantes ou pessoas, fornecendo informações precisas e anotando eventuais irregularidades, que devem ser comunicadas à **CDHU**.
- l) Atender as chamadas telefônicas internas e externas, retransmitindo mensagens e recados recebidos aos funcionários dos Edifícios CIDADE I, II e IV, bem como ligações aos ramais e unidades solicitados.
- m) Colaborar nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando à manutenção das condições de segurança.
- n) Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações dos Edifícios CIDADE I, II e IV, facilitando, no possível, a atuação das mesmas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.
- o) Registrar e controlar diariamente as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços.
- p) Manter-se no posto, sem se afastar dos seus afazeres.
- q) Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, assim como de bens particulares de empregados ou terceiros.

- r) Comunicar à **CDHU** a presença de aglomerações de pessoas junto ao posto.
 - s) Repassar para o(s) recepcionista(s) que está (ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações.
 - t) Cumprir rigorosamente os procedimentos estabelecidos nas normas de acesso e nas rotinas específicas do serviço de recepção, observando as normas internas de segurança dos Edifícios CIDADE I, II e IV.
 - u) Organizar as informações e planejar o trabalho do cotidiano.
- 3.2. A **CONTRATADA** deverá cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pela **CDHU**, com atendimento sempre cortês aos funcionários e às pessoas em geral que se façam presentes.
- 3.3. A **CONTRATADA** deverá fornecer uniformes e complementos adequados, para o desenvolvimento das atividades, sem ônus para os empregados, conforme descrito no Termo de Referência (Anexo IV) do Edital de Pregão Eletrônico n. _____.
- 3.2.1. Os funcionários da **CONTRATADA** deverão assumir os postos devidamente uniformizados e sempre mantendo a aparência pessoal adequada à função e portando crachá de identificação com foto recente.
- 3.2.2. O uniforme deverá ser renovado sempre que necessário, de forma a manter a apresentação condizente com o desempenho da atividade.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 4.1. O objeto do presente Contrato será executado sob regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

- 5.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (_____), data-base **Janeiro/2026**, nos termos da Proposta Comercial aceita no Pregão Eletrônico n. _____/_____, assim distribuído:

Descrição	Quant. de Postos	Dias trabalhados/mês	Valor Unitário Posto/Dia (R\$)	Valor Total Mensal (R\$)
Posto de Serviço de Recepção - Jornada de 44 horas semanais, diurno, de segunda-feira a sexta-feira.	20	20,75		
Prazo da Contratação (meses)				30
VALOR TOTAL (R\$)				

- 5.2. Nos valores acima estão incluídos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relacionados à perfeita execução do objeto contratado, tais como: mão de obra; uniformes, EPI's, materiais, insumos; benefícios previstos em Termo de Referência e em convenção coletiva da categoria profissional envolvida; impostos, taxas, contribuições, encargos e ônus incidentes; encargos previdenciários e trabalhistas; seguros; despesas de administração; custos com transporte; eventuais perdas, custos ou despesas necessárias ao cumprimento do objeto desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos disponíveis constantes da Reserva de Verba n. C11450 conta n. 2.01.00.00, consignada no orçamento vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1. A **CDHU** pagará mensalmente à **CONTRATADA** os valores indicados em Notas Fiscais/Faturas de prestação de serviços após análise e aprovação, por parte do Gestor designado pela **CDHU**, do Relatório de Medição, não sendo admitidos quaisquer adiantamentos.
- 7.1.1. Os serviços serão medidos mensalmente sempre no último dia de cada mês, compreendendo o período abarcado entre o 1º (primeiro) e o último dia de cada mês, e faturados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

- 7.1.2. O primeiro e último meses da contratação, no entanto, considerarão os valores proporcionais ao número de dias de serviços efetivamente prestados.
- 7.1.3. Feriados e “pontes” de feriados, nos quais não houver expediente na Administração ocupante dos locais de prestação dos serviços, e que consequentemente, não terão a necessidade da efetiva prestação dos serviços, e cujos dias serão previamente informados pela CDHU, não serão remunerados à Contratada.
- 7.2. Para fins de medição e remuneração, deverão ser observados, pela **CONTRATADA**, os seguintes critérios:
 - 7.2.1. Ao término de cada período mensal, a **CONTRATADA** elaborará Relatório de Medição, apresentando-o à **CDHU**, de acordo com os preços unitários por posto/dia descritos em subitem 5.1 de Cláusula Quinta deste instrumento.
 - 7.2.2. O valor mensal do pagamento será obtido mediante a aplicação do preço unitário posto/dia descrito em subitem 5.1. de Cláusula Quinta deste instrumento às correspondentes quantidades de postos/dia disponibilizados e de quantitativo de dias efetivamente trabalhados no mês por posto/função, descontadas as importâncias relativas às quantidades de dias por posto/função indisponíveis, não aceitas e glosadas pela **CDHU** por motivos imputáveis à **CONTRATADA**.
 - 7.2.2.1. A realização dos descontos indicados no subitem 7.2.2., supracitado, não prejudica a aplicação de sanções à **CONTRATADA** por conta da não execução dos serviços.
 - 7.2.3. A **CDHU** terá o prazo de até 2 (dois) dias, prorrogáveis, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento às exigências contratuais, para análise e aprovação das medições, autorizando a(s) emissão(ões) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) de prestação de serviços.
 - 7.2.4. Na Nota Fiscal/Fatura deverá constar com exatidão a razão social completa da **CDHU**, número de CNPJ e Inscrição Estadual, bem como o endereço da sede da **CDHU** constantes de preâmbulo deste instrumento, e o número deste Contrato.
 - 7.2.5. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser apresentadas no primeiro dia subsequente à comunicação de sua aprovação pela **CDHU**, para ateste por parte do Gestor contratual designado pela **CDHU**, a qual irá encaminhá-las à Superintendência de Finanças da **CDHU** para pagamento, desde que acompanhadas da seguinte documentação:

- 7.2.5.1. Guias de Recolhimento do INSS e FGTS, calculadas e recolhidas na forma da legislação pertinente, acompanhadas dos respectivos comprovantes.
- 7.2.5.2. Quanto ao FTGS: Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pelo Conectividade Social; Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP-RE e Relação de Tomadores/Obras – RET.
- 7.2.5.3. Cópia da folha de pagamento dos profissionais envolvidos nos serviços, contendo valores detalhados e recibo de quitação bancário ou cópia dos contracheques, bem como de comprovantes de benefícios a eles entregues.
- 7.2.5.4. A não apresentação desses documentos poderá causar a suspensão do pagamento até sua regularização por parte da **CONTRATADA**.
- 7.3. Constitui condição para realização dos pagamentos a inexistência de registro, em nome da **CONTRATADA**, no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN Estadual", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.
- 7.4. Cabe ao Gestor contratual designado pela **CDHU** efetuar o ateste das correspondentes Notas Fiscal (ais) / Fatura (s) e encaminhá-las para pagamento dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, sem qualquer incidência de atualização monetária.
 - 7.4.1. No caso de devolução das Notas Fiscais/Faturas, por alguma inexatidão que apresentem, o prazo para pagamento será contado da reapresentação e aceitação destas pela Superintendência de Finanças e Controle da Diretoria Administrativo-Financeira da **CDHU**.
 - 7.4.2. A **CDHU** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na Nota Fiscal/Fatura apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
 - 7.4.2.1. Independentemente do percentual do tributo inserido em proposta, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.5. Os pagamentos da **CDHU** serão efetuados exclusivamente por meio de crédito aberto em conta corrente, junto ao Banco do Brasil S.A., em nome da **CONTRATADA**, sendo que o depósito da respectiva quantia pela

CDHU configurará plena, geral e irrevogável quitação para todos os fins e efeitos de direito.

- 7.6. É vedada a negociação das faturas ou duplicatas com terceiros, bem como o desconto ou a promoção da cobrança das faturas ou duplicatas por meio de banco, senão quando prévia e expressamente autorizado pela **CDHU**.
- 7.7. Se, da infringência do disposto no subitem 7.6. acima, advier protesto do título, a **CONTRATADA** deverá efetuar às suas expensas o respectivo cancelamento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data da emissão do correspondente instrumento cartorário.
- 7.8. Havendo atraso no pagamento, em decorrência de fato não atribuído à **CONTRATADA**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “*pro rata temporis*” desde o dia do vencimento até a data do efetivo pagamento.
- 7.9. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, quaisquer que sejam, nem implicará aprovação definitiva dos fornecimentos realizados, total ou parcialmente.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS CONTRATADOS

- 8.1. Em conformidade com o disposto na legislação vigente, em especial na Lei federal n.º 10.192/2001, somente será admitido o reajustamento de preços nos contratos com prazo igual ou superior a 12 (doze) meses, cuja periodicidade será contada da data de referência dos preços (ref. Data-Base: Janeiro/2026).
- 8.2. Tratando-se o presente de contratação de serviço continuado e com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para fins de reajustamento dos preços serão adotados os seguintes critérios:
 - 8.2.1. Repactuação: para os itens cujos custos sejam vinculados a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa.
 - 8.2.2. Reajuste Financeiro: para os demais itens cujos custos não sofram interveniência legal, mediante a aplicação de índice oficial indicado em subitem 8.4. abaixo.
- 8.3. Observadas as determinações legais aplicáveis, os valores dos serviços contratados poderão ser repactuados, mediante solicitação da **CONTRATADA**, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, consoante disposto no artigo 156 e seguintes do RILC **CDHU**, no que pertine aos valores do salário base mensal, do vale transporte e outros benefícios que envolvam a remuneração da mão de obra alocada para sua execução, quando supervenientes e com impacto devidamente demonstrado no pedido, considerando os parâmetros

definidos em planilhas de composição que integram a proposta comercial da **CONTRATADA** e aceitas pela **CDHU** na correspondente licitação.

- 8.3.1. Essa medida será adotada tanto para elevação, como para redução dos custos mensais, após análise e aprovação da **CDHU**, por meio da celebração do correspondente aditamento.
- 8.3.2. Quando de sua aplicação deverá ser ainda realizada, pela **CDHU**, pesquisa mercadológica para comparativo de preço, não sendo admitido valores a ela superiores.
- 8.3.3. É vedada a antecipação de valores e a inclusão de benefícios ou insumos não previstos originariamente em composição de mão de obra que integrou a Proposta Comercial da **CONTRATADA** e deste são partes indissociáveis, ressalvados os casos em que se tornem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa extemporânea, novo acordo coletivo ou nova convenção coletiva no decurso da contratação.
- 8.3.4. A solicitação da **CONTRATADA** deverá ser encaminhada mediante petição escrita, acompanhada dos documentos comprobatórios, de planilha de composição e do novo acordo ou convenção que fundamenta a repactuação do contrato, demonstrando o aumento ou redução analítica dos custos que fundamentam seu pedido para análise e aprovação da **CDHU**.
- 8.4. Os demais elementos integrantes de composição de preço unitário posto/dia do serviço contratado que não venham a sofrer a repactuação disposta no subitem 8.3. acima, cuja periodicidade seguirá o disposto no subitem 8.1. desta Cláusula, terão seus preços reajustados segundo a variação do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo - IPC/FIPE.
- 8.4.1. Para fins de aplicação desse reajuste financeiro vigorará a seguinte fórmula adotada pela **CDHU**, nos termos do Decreto n.º 48.326, de 12/12/2003, e da Resolução CC-79, de 12/12/2003:

$$R = P_o \times \left[\left(\frac{IPC}{IPC_o} \right) - 1 \right]$$

Onde:

R = Parcela de reajuste.

P_o = Preço inicial deste Contrato no mês de referência dos preços ou preço deste Contrato no mês de aplicação do último reajuste.

IPC/IPCo = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de

preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

- 8.4.2. A solicitação da aplicação de reajuste financeiro será efetuada pela **CONTRATADA** à **CDHU**, quando completado o período anual citado no subitem 8.1. acima.
- 8.4.3. Quando de sua aplicação deverão ser ainda observados os limites e orientações fixados nos subitens 8.3.2. e 8.3.4. acima.
- 8.4.4. Na hipótese das medidas econômicas vigentes serem revisadas pelo Governo Federal, a **CDHU** adotará as normas que vierem a ser implantadas.

CLÁUSULA NONA – DOS TRIBUTOS

- 9.1. Os impostos, taxas, contribuições, encargos previdenciários e trabalhistas e emolumentos devidos em decorrência direta ou indireta da execução do objeto contratado serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, que os recolherá sem direito a reembolso pela **CDHU**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. Para garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** depositou junto à **CDHU**, a esse título, 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, e o fez nos termos do art. 137 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **CDHU**.
- 10.2. A garantia prestada deverá permanecer vigente até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) por parte da **CDHU**.
 - 10.2.1. Para atender ao disposto no subitem 10.2., acima, a garantia deverá ter seu prazo de vigência acrescido em 90 (noventa) dias além do prazo necessário de execução dos serviços deste objeto, indicados em Cláusula Primeira deste instrumento.
- 10.3. Em caso de alteração do valor ou prazo contratual a **CONTRATADA** deverá promover a complementação da garantia, bem como, se for o caso, o de sua respectiva validade, de modo que o valor da garantia corresponda sempre ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual e o seu período de validade seja sempre correspondente ao prazo de vigência deste Contrato, conforme indicado em subitem anterior.
- 10.4. No caso de alteração do valor contratual a que se refere o subitem anterior, a **CONTRATADA** terá até 15 (quinze) dias úteis para apresentar a complementação da garantia, sob pena de rescisão deste Contrato.
- 10.5. A **CDHU** fica desde já autorizada pela **CONTRATADA** a promover perante a entidade responsável pela garantia, o levantamento de valor devido em

decorrência de aplicação de penalidade de multa, nos termos da Cláusula Décima Sexta deste Contrato.

- 10.6. Verificada a hipótese do subitem anterior, e não rescindido o Contrato, a **CONTRATADA** fica obrigada a efetuar a reposição da garantia, no valor correspondente ao levantamento feito, no prazo de 7 (sete) dias corridos, contados da data de recepção da notificação do respectivo abatimento, sob pena de retenção dos pagamentos subsequentes até o limite suficiente para complementar a garantia.
- 10.7. A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada ou restituída após a execução do objeto contratado e a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 11.1. À **CONTRATADA**, além das obrigações específicas estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência – Anexo IV e demais Anexos do Edital de Pregão Eletrônico n. ____ / 2026, bem como daquelas estabelecidas em lei, cabe ainda:
- 11.1.1. Designar formalmente, na data da assinatura deste Contrato, gestor(es) para desempenhar(em) junto à **CDHU** a gestão administrativa e operacional, cabendo ao(s) mesmo(s) gerir(em) todas as obrigações inerentes ao Contrato e ainda, servir(em) de elo constante de ligação entre a **CDHU** e a **CONTRATADA**, com poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste Contrato.
- 11.1.2. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela **CDHU**, fornecendo mão de obra qualificada necessária à execução do objeto contratado, e respeitando, em cada local de execução dos serviços, as normas de conduta da **CDHU**.
- 11.1.2.1. O supervisor da **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, inspecionar mensalmente os locais de prestação dos serviços, com frequência, mínima, de uma vez por semana, a combinar com a **CDHU**.
- 11.1.3. A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, considerando a execução de todas as atividades administrativas e operacionais que lhe sejam concernentes, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução.
- 11.1.4. Disponibilizar para a execução dos serviços profissionais qualificados, com experiência mínima de 1 (um) ano na função, com aparência e porte adequados ao desenvolvimento dos

trabalhos, em quantidade necessária para garantir a operação dos postos contratados, devidamente uniformizados e identificados, por meio de crachás com fotografias recentes e todos os EPI's de uso obrigatório; e com devido registros em suas carteiras de trabalho.

- 11.1.5. Manter funcionários devidamente capacitados e treinados para o exercício de suas obrigações:
 - a) Os conhecimentos adquiridos devem estar relacionados à operação com sistemas de controle de acesso, inclusive aqueles dotados por tecnologia da informação.
 - b) A **CONTRATADA** deverá realizar, para os funcionários alocados neste Contrato, treinamento mínimo de 5 (cinco) dias, prévios ao efetivo início de execução, em seus respectivos postos de serviços; bem como semestralmente, em sede de reciclagem necessária para aprimoramento, sempre fora dos horários de expediente estabelecido pela **CDHU**.
- 11.1.6. Prover, para todos os postos designados, trabalhadores com instrução mínima de segundo grau completo e idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- 11.1.7. Manter disponibilidade de profissionais, dentro dos padrões desejados, para garantir a execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença de qualquer tipo, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
 - 11.1.7.1. Qualquer alteração de pessoal por iniciativa da **CONTRATADA** deverá ser comunicada à **CDHU** com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.
- 11.1.8. Observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional.
- 11.1.9. Tomar as providências necessárias para evitar acidentes ou danos de qualquer espécie a sua equipe de trabalho e terceiros em geral no local de execução dos serviços, responsabilizando-se pelos danos causados à **CDHU** ou a terceiros, independentemente de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da **CDHU** em seu acompanhamento.
- 11.1.10. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus profissionais e preposto (s) não manterão vínculo empregatício com a **CDHU**.

- 11.1.10.1. A **CONTRATADA** deve cumprir as disposições do Decreto n.º 8.373/2014, no que tange ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, observando todas as orientações de seu Comitê Diretivo.
- 11.1.11. Renunciar expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a **CDHU**, haja vista que a inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos estabelecidos nas condições anteriores não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CDHU**, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.
- 11.1.12. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados alocados para a prestação dos serviços à **CDHU**.
- 11.1.13. Efetuar a reposição da mão de obra, no prazo máximo de 2 (duas) horas, quando ocorrer ausência do profissional titular, sempre que solicitado pela fiscalização, não sendo permitida, em razão da ocorrência, a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).
- 11.1.13.1. A cobertura do profissional após este prazo repercutirá no desconto proporcional às horas faltantes.
- 11.1.14. Fornecer obrigatoriamente cesta básica e vale-refeição aos empregados envolvidos na prestação dos serviços e qualquer outro benefício estabelecido na legislação vigente.
- 11.1.15. Apresentar à **CDHU**, quando solicitado, comprovantes de pagamentos de salários, de fornecimento de benefícios estabelecidos na respectiva CCT vigente, de apólices de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas aos seus empregados que foram alocados à prestação dos serviços desta contratação.
- 11.1.16. Substituir, em no máximo 2 (dois) dias úteis, mediante solicitação formal e a critério da **CDHU**, qualquer de seus empregados designados para executar as tarefas inerentes ao Contrato, que não esteja correspondendo aos padrões estabelecidos e/ou não sejam qualificados; ou de modo imediato, quando sua permanência for julgada inconveniente.
- 11.1.17. Assegurar que todo o empregado que cometer falta disciplinar não seja mantido no posto ou quaisquer outras instalações da prestação dos serviços.
- 11.1.18. Instruir seu preposto e profissionais disponibilizados para a execução dos serviços objeto desta contratação quanto à necessidade de acatar as orientações da administração e da Fiscalização do Contrato, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas dos Edifícios CIDADE I, II e IV.

- 11.1.19. Dar ciência imediata e por escrito à **CDHU** sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.
- 11.1.20. Assumir a inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados à CDHU ou a terceiros, diretamente por si, seu preposto e/ou empregados, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e/ou acompanhamento pela CDHU.
- 11.1.21. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da **CDHU**, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas.
- 11.1.22. Fazer com que seus empregados cumpram rigorosamente todas as suas obrigações e boa técnica nos serviços.
- 11.1.23. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização do Contrato, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição dos fatos.
- 11.1.24. Reexecutar os serviços sempre que solicitado pela **CDHU**, quando estiverem em desacordo com as normas técnicas, a legislação pertinente e os procedimentos aplicáveis ou em desacordo com o Termo de Referência – Anexo IV de Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2026.
- 11.1.25. Fornecer por escrito relatório mensal sobre os serviços prestados e acatar sugestões motivadas, visando corrigir possíveis falhas e melhor atender às necessidades da **CDHU**.
- 11.1.26. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas os seus empregados em serviço, cumprindo todas as obrigações que as leis trabalhistas previdenciárias lhes assegurarem e demais exigências para o exercício das atividades; bem como adotando medidas necessárias ao atendimento de seus funcionários com mal súbito.
- 11.1.27. Utilizar, de forma privativa e confidencial, os dados fornecidos pela **CDHU**, observando o disposto na Lei federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).
- 11.1.28. Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação, e incorreta ou inadequada utilização.
- 11.1.28.1. O sigilo sobre os dados guardados, processados e disponibilizados, confiados à **CONTRATADA** pela **CDHU**, dar-se-á mesmo após o término de sua vigência, não podendo dar conhecimento, mesmo resumidamente, direta ou indiretamente de qualquer elemento, dado ou informação, sobre os procedimentos, negócios e atividades das edificações, sob pena

de responder judicialmente, no caso de violação de sigilo, quer por si, quer por parte de seus funcionários por perdas e danos, sem prejuízo da responsabilidade criminal decorrente do ato praticado.

- 11.1.28.2. A **CONTRATADA** não poderá veicular publicidade acerca dos serviços executados, salvo se houver prévio requerimento e expressa autorização da **CDHU**.
- 11.1.29. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase da licitação.
- 11.1.30. Não oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
- 11.1.31. Comprometer-se, em atendimento à Lei federal n. 12.846/13 e ao Decreto estadual n. 69.588/25, a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:
- a.1) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.
 - a.2) Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei.
 - a.3) Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
 - a.4) No tocante a licitações e contratos:
 - a.4.1) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.
 - a.4.2) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

- a.4.3) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.
- a.4.4) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.
- a.4.5) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.
- a.4.6) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.
- a.4.7) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

a.5) Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

11.1.32. O descumprimento das obrigações previstas nos subitens 11.1.30. e 11.1.31. desta Cláusula poderá submeter a **CONTRATADA** a rescisão unilateral deste Contrato, a critério da **CDHU**, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei federal n. 12.846/13 e o Decreto estadual n. 69.588/25.

11.3. A **CONTRATADA** sujeita-se às normas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) e do Código de Conduta e Integridade da **CDHU**, bem como encontra-se vinculada aos termos do Edital de Pregão Eletrônico n. ____/____ e seus Anexos e à Proposta Comercial por ela apresentada e aceita no certame.

11.4. A fiscalização dos trabalhos pela **CDHU** não exclui nem reduz a completa responsabilidade da **CONTRATADA** pela inobservância de qualquer obrigação assumida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CDHU

- 12.1. Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações da **CDHU**:
- 12.1.1. Indicar formalmente, no prazo de 2 (dois) dias a contar da data da assinatura do Contrato, o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual.
 - 12.1.2. Expedir Ordem de Início dos Serviços – O.I.S., com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data do início da execução dos mesmos.
 - 12.1.3. Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços objeto desta contratação.
 - 12.1.4. Fornecer a infraestrutura necessária à execução dos serviços, tais como a disponibilidade de computadores, telefones, linhas telefônicas e internet.
 - 12.1.5. Em razão do uso de uniforme, é garantido à equipe alocada da **CONTRATADA** a utilização de vestiário para troca de roupas, com disponibilização de armários, além do uso das instalações sanitárias, observando o disposto no subitem 12.1.5.1. abaixo, e do refeitório, quando necessário.
 - 12.1.5.1. Nos termos do item 24.1.12. da NR-24 “Condições Sanitárias dos Locais de Trabalho”, objeto da Portaria MTE n.º 3.214, de 8/6/78, o uso de chuveiros das instalações sanitárias existentes nos Edifícios CIDADE I, II e IV está restrito ao pessoal operacional, ali alocado pela **CONTRATADA**, e sempre no caso da realização de trabalhos com exposição a substâncias tóxicas, irritantes, infectantes, alergizantes, poeiras ou substâncias que provoquem sujeira, e nos casos em que estejam expostos a calor intenso.
 - 12.1.6. Exercer a fiscalização dos serviços, supervisionando o desenvolvimento dos trabalhos; o que não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade sobre os mesmos, comunicando imediatamente, por escrito, à **CONTRATADA**, qualquer irregularidade observada no decorrer da execução dos serviços.
 - 12.1.7. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com condições e preços pactuados neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 13.1. Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto desta contratação, a **CDHU**, através de seus funcionários ou prepostos formalmente designados, se reserva o direito

de, sem de qualquer forma restringir a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os trabalhos, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução de seu escopo.

- 13.2. A fiscalização da execução do objeto pela **CDHU** não exclui nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA** por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO

- 15.1. O objeto contratado deverá ser recebido:
- 15.1.1. Provisoriamente, pelo (s) fiscal (ais) técnico e administrativo, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório (TRP), assinado pelas partes em 2 (dois) dias úteis da comunicação escrita da **CONTRATADA** da conclusão dos serviços.
 - 15.1.2. Definitivamente, por todos os agentes gestores envolvidos na contratação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) assinado pelas partes, após o prazo de até 15 (quinze) dias úteis da emissão do TRP, comprovando o cumprimento das obrigações contratuais.
- 15.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta Comercial, devendo ser refeitos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 15.3. A **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, cabendo à fiscalização não atestar a medição mensal dos serviços até que sejam sanadas eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório, além da possibilidade de eventual glosa.
- 15.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços executados, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da legislação vigente, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

16.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 16.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 16.1. acima, deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

16.2.4. **Multa**:

- a) Moratória nunca inferior a 5% (cinco por cento) ou superior a 10% (dez por cento), nos casos de atraso injustificado ou da infração descrita na alínea “d” do subitem 16.1. acima, sobre o valor da parcela não executada.

- b) Compensatória, para a inexecução prevista nas alíneas “a” e “b” do subitem 16.1. acima, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
 - c) Compensatória, para a inexecução total do Contrato prevista na alínea “c” do subitem 16.1. acima, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
 - d) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 16.1. acima, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- 16.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste instrumento.
 - 16.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
 - 16.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CDHU** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.
- 16.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 16.5. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.6. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846/2013, serão

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no artigo 159 da referida Lei.

- 16.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 16.9. A **CDHU** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/2021.
- 16.11. O descumprimento pela **CONTRATADA** das obrigações previstas nos incisos I e II do artigo 11 do Decreto estadual nº 66.819/2022, ou nos incisos I e II do artigo 9º do Decreto estadual n. 67.409/2022, poderá acarretar a extinção do Contrato por ato unilateral, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.
- 16.12. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, ao longo da execução do Contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei federal n. 12.846/2013 e do Decreto estadual n. 69.588/2025, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 17.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado **por acordo entre as partes** e nas seguintes hipóteses:

- 17.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- 17.1.2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos na Lei n. 13.303/2016 e indicados no subitem 17.2. abaixo.
- 17.1.3. Quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- 17.1.4. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de execução do objeto.
- 17.1.5. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da **CDHU** para a justa remuneração do objeto executado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 17.2. A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.
 - 17.2.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos em Lei, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.
- 17.3. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 17.4. Em havendo alteração deste Contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, a **CDHU** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
- 17.5. A variação do valor contratual para fazer face à eventual atualização, compensação ou penalização financeira decorrente das condições de pagamento previstas neste instrumento, não caracteriza alteração do

Contrato e pode ser registrada por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

- 17.6. No que tange à eventual prorrogação de prazo contratual, esta somente poderá ser efetivada, entre as partes, se observados os limites legais dispostos na Lei n. 13.303/2016 e as disposições do artigo 140 e seguintes do RILC **CDHU**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 18.1. A inexecução total ou parcial do presente Contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, pelos motivos elencados nos artigos 180 a 182 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **CDHU**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 19.1. O presente Contrato regula-se pelas suas Cláusulas, pela Lei n. 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações da **CDHU** (RILC **CDHU**), publicado no site www.cdhu.sp.gov.br, pelos preceitos de Direito Privado e do Código do Consumidor.
- 19.2. Ajustam as partes que as disposições constantes dos 476 e 477 do Código Civil não se aplicam ao presente instrumento.
- 19.3. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir a inobservância, mesmo por omissão, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições deste Contrato, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer modo, afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.
- 19.4. O presente Contrato ou os direitos e vantagens de qualquer natureza nele previstos, dele derivados ou a ele vinculados, não poderão, sob nenhum fundamento ou pretexto, ser negociados, dados em garantia ou caucionados, sem prévia e expressa autorização escrita da **CDHU**.
- 19.5. Integram o presente Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital e Anexos do Pregão Eletrônico n. ____/____, a Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**, a ata de Sessão Pública do certame, bem como o Termo de Ciência e de Notificação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

- 20.1. Incumbirá à **CDHU** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n. 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

- 21.1. As partes declaram o foro da sede da **CDHU** como único competente, não obstante as regras vigentes no Direito Privado, para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Contrato, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 136 do RILC **CDHU**.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes, na presença de testemunhas instrumentárias, o presente Termo por meio de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do Governo do Estado de São Paulo.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Pela **CDHU**:

NÉDIO HENRIQUE ROSSELLI FILHO
Diretor Administrativo-Financeiro

REINALDO IAPEQUINO
Diretor Presidente

Pela **CONTRATADA**:

NOME:
RG:

NOME:
RG:

TESTEMUNHAS:

NOME:
RG:

NOME:
RG:

ANEXO IV TERMO DE REFERÊNCIA

Informações Básicas:

UASG: 253101 - CDHU

Objeto: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recepção para atender às necessidades dos edifícios CIDADE I, II e IV**

Processo Administrativo: CDHU SEI n. 38700004378/2025-24

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recepção, com a efetiva cobertura dos postos designados, nos Edifícios CIDADE I, II e IV, administrados pela CDHU, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Descrição dos Postos de Serviço de Recepção	Unidade de Medida	Quant. Total	Código CATSER
44 horas semanais, diurno, de segunda a sexta-feira	Posto/dia	20	8729

GRUPO: 851 SERVIÇO 8729 – Prestação de serviços de portaria / recepção

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições do Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual n.º 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços

comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

- 1.3. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e com predominância de mão de obra.
- 1.4. O prazo de execução dos serviços é de 30 (trinta) meses, contados da emissão, pela CDHU, da correspondente Ordem de Início dos Serviços (O.I.S.), podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, nos termos da Lei n. 13.303/16.
- 1.5. A minuta de Contrato – Anexo III do Edital de Pregão Eletrônico oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.6. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (Anexo V) de Edital.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (Anexo V) de Edital.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da Garantia da contratação

- 4.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata o artigo 137 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da CDHU, no percentual de 5,00% (cinco por cento) do valor total da contratação e conforme demais condições descritas na Minuta de Contrato – Anexo III do Edital.

Da Vistoria

- 4.2. Para esta contratação, a avaliação prévia dos locais de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.
- 4.2.1. Caso a empresa interessada manifeste intenção de realizá-la, deverá agendá-la previamente junto à Gerência de Serviços Administrativos da CDHU, na Rua Boa Vista n.º 170, Intermediário, Centro/SP, através do telefone (11) 3292-6300 e/ou e-mail dquadrini@apoiodcdhu.sp.gov.br, com o Sr. Diomedes Quadrini, de segunda a sexta feira, no horário comercial, das 9h às 17h.
- 4.2.2. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e de carta de credenciamento, na qual conste ratificação de poderes para tanto, datada e assinada por responsável do Licitante.
- 4.2.3. Após realizada a Visita Técnica, será expedido pela CDHU o Atestado de Visita Técnica, conforme Anexo II-A do Edital, em duas vias, assinadas pelo responsável da CDHU e pela interessada, das quais uma será entregue ao representante credenciado da empresa e a outra, encartada aos autos do Processo Administrativo.
- 4.2.4. A Visita Técnica tem por finalidade obter, para a utilização e exclusiva responsabilidade da empresa interessada, toda a informação necessária para a elaboração da Proposta, tais como: as condições locais, quantidade e natureza dos trabalhos, sistemas e equipamentos instalados, dificuldades que serão encontradas, deslocamento e acesso aos locais, etc.
- 4.2.5. Todos os custos associados à visita e à inspeção aos locais definidos neste Termo de Referência serão de inteira responsabilidade da empresa interessada.
- 4.2.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria prévia prevista neste instrumento, deverá declarar, conforme Anexo II-B do Edital, que tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia, e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.
- 4.2.7. Não será admitida posterior modificação nos preços, prazos ou condições da Proposta, sob a alegação de insuficiência de dados e/ou informações sobre os serviços ou condições dos locais de execução destes. O licitante não poderá invocar qualquer desconhecimento, como elemento impeditivo da correta formulação da Proposta e do integral cumprimento do Contrato.

4. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1.1 Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos – quer humanos quer materiais – com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da CDHU. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo, evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução.
- 5.1.2. A prestação dos serviços de recepção, nos postos designados neste Termo de Referência, envolve a alocação, pela Contratada, de empregados capacitados para:
- a) Assumir o posto devidamente uniformizados e com aparência pessoal adequada.
 - b) Prestar serviços de apoio ao público em geral, com atendimento presencial ou por telefone, realizando, sempre que necessário, pesquisas em sistemas informatizados.
 - b) Averiguar e identificar as necessidades do público, sanando dúvidas, fornecendo informações precisas e objetivas, e encaminhando-os corretamente ao lugar ou à pessoa procurada.
 - c) Receber de forma educada e prestativa os usuários que se dirigirem às unidades administrativas dos Edifícios CIDADE I, II e IV, anunciando, sempre que necessário, a chegada dos visitantes.
 - d) Comunicar imediatamente a Gestão Condominial/CDHU quaisquer anormalidades verificadas, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
 - e) Manter afixado no posto, em local visível, o número de telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Ambiental, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse.
 - f) Operar equipamentos de controle de acesso, inclusive em meios eletrônicos, além de máquinas simples de reprodução de documentos, computadores, telefones e similares.

- g) Protocolar processos e documentos na unidade, registrando a entrada, a saída e as movimentações, encaminhando os mesmos aos funcionários competentes.
- h) Identificar os visitantes por meio da emissão de crachás e instruí-los quanto à necessidade de seu uso. Essa identificação deve ser feita utilizando-se de sistema convencional de controle de acesso às dependências da Administração ou de sistema informatizado que venha a ser utilizado na recepção.
 - i.1) Observação: O documento de identidade deve ser solicitado à pessoa para que seus dados sejam anotados no ato, e o mesmo deve ser devolvido imediatamente ao interessado conforme disposto na Lei n.º 9.453/97.
- i) Auxiliar na localização de funcionários para atendimento de vendedores e entregas de equipamentos e materiais em geral, nos distintos setores da unidade.
- j) Orientar o trânsito interno de empregados, visitantes ou pessoas, fornecendo informações precisas e anotando eventuais irregularidades, que devem ser comunicadas à CDHU.
- k) Atender as chamadas telefônicas internas e externas, retransmitindo mensagens e recados recebidos aos funcionários dos Edifícios CIDADE I, II e IV, bem como ligações aos ramais e unidades solicitados.
- l) Colaborar nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando à manutenção das condições de segurança.
- m) Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações dos Edifícios CIDADE I, II e IV, facilitando, no possível, a atuação das mesmas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.
- n) Registrar e controlar diariamente as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços.
- o) Manter-se no posto, sem se afastar dos seus afazeres.
- p) Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, assim como de bens particulares de empregados ou terceiros.

- q) Comunicar à Gestão Condominial/CDHU a presença de aglomerações de pessoas junto ao posto.
- r) Repassar para o(s) recepcionista(s) que está (ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações.
- s) Cumprir rigorosamente os procedimentos estabelecidos nas normas de acesso e nas rotinas específicas do serviço de recepção, observando as normas internas de segurança dos Edifícios CIDADE I, II e IV.
- t) Organizar as informações e planejar o trabalho do cotidiano.

5.1.3 A Contratada deverá cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pela CDHU, com atendimento sempre cortês aos funcionários e às pessoas em geral que se façam presentes.

5.2. **DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA COMPOSIÇÃO DOS POSTOS**

5.2.1 Os serviços serão prestados nos Edifícios CIDADE I, II e IV, conforme Tabela de Locais subscrita:

EDIFÍCIO	ENDEREÇO
CIDADE I	Rua Boa Vista n.º 170 – Centro, São Paulo/SP.
CIDADE II	Rua Boa Vista n.º 175 – Centro, São Paulo/SP.
CIDADE IV	Rua Boa Vista n.º 162 – Centro, São Paulo/SP.

5.2.2. Deverão ser desenvolvidos os serviços de recepção, com a efetiva cobertura dos postos designados, conforme quantitativos, períodos e frequências subscritas:

Dos Postos de Serviços:

- 18 (dezoito) postos de serviços de recepção, com jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, diurno, de segunda a sexta-feira, para atendimento dos Edifícios CIDADE I e II;
- 2 (dois) postos de serviços de recepção, com jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, diurno, de segunda a sexta-feira, para atendimento do Edifício CIDADE IV.

- 5.2.3 Os serviços deverão ser executados no período entre 7h e 19h horas, de segunda a sexta-feira, conforme horários a serem estabelecidos pela Gestão Condominial/CDHU, respeitados os limites legais de jornada de trabalho, inclusive os intervalos para descanso e alimentação (mínimo de uma hora) da mão de obra; através de programação das equipes de trabalho, perfazendo o total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais por funcionário da Contratada, disponibilizado para a prestação dos serviços objeto desta contratação.
- 5.2.4. Para a contratação em questão não será necessária a cobertura do intervalo para repouso e alimentação, em razão do escalonamento dos profissionais.

Da experiência e grau de instrução dos profissionais

- 5.2.5 A Contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados, com experiência mínima de 1 (um) ano na função, instrução mínima de segundo grau completo e idade mínima de 18 (dezoito) anos, cujas comprovações deverão ser apresentadas ao Gestor da Gestão Condominial/CDHU quando do recebimento da O.I.S., previamente ao início da execução dos serviços.
- a) O cumprimento destes requisitos também deverá ser observado nas ocasiões em que ocorrerem afastamento, substituição ou inclusão de empregados.

5.3 DO FORNECIMENTO DE UNIFORMES E COMPLEMENTOS

- 5.3.1 A Contratada deverá fornecer uniformes e complementos adequados, para o desenvolvimento das atividades, sem ônus para os empregados.
- 5.3.2 O Uniforme deverá ser completo, e compreenderá, minimamente:
- 2 (dois) blazer (feminino) ou ternos (masculino);
 - 2 (duas) calças sociais (feminino);
 - 2 (duas) camisas manga longa;
 - 2 (duas) camisas manga curta;
 - 2 (dois) sapatos;
 - 1 (um) cinto de nylon;
 - 4 (quatro) meias;
 - 2 (dois) lenços (feminino) ou gravatas (masculino);
 - 1 (um) crachá de identificação.

u) A Contratada deverá submeter à aprovação prévia do uniforme pela Gestão Condominial/CDHU.

5.3.3 Os funcionários da Contratada deverão assumir os postos devidamente uniformizados, bem como sempre mantendo a aparência pessoal adequada à função e portando crachá de identificação com foto recente.

5.3.4 O uniforme deverá ser renovado sempre que necessário, de forma a manter a apresentação condizente com o desempenho da atividade.

5.4 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

À Contratada, além das obrigações estabelecidas em cláusulas próprias do Contrato e seus anexos, bem como daquelas estabelecidas em lei, cabe ainda:

5.4.1. Nomear formalmente, no ato de assinatura do Contrato, preposto que será incumbido de geri-lo, bem como de coordenar os trabalhos e responder pelo cumprimento e desempenho dos serviços contratados.

5.4.2 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase da licitação.

5.4.3 Implantar, no prazo estabelecido pela autorização de início dos serviços (O.I.S.), os respectivos postos relacionados neste Termo de Referência e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Gestão Condominial/CDHU.

5.4.4 A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, considerando a execução de todas as atividades administrativas e operacionais lhe concernentes, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução.

5.4.5 Disponibilizar para a execução dos serviços profissionais qualificados, com experiência mínima de 1 (um) ano na função, com aparência e porte adequados ao desenvolvimento dos trabalhos, em quantidade necessária para garantir a operação dos postos contratados, devidamente uniformizados e identificados, portando crachás com fotografias recentes e todos os EPIs de uso obrigatório; e com devido registros em suas carteiras de trabalho.

5.4.6 Manter funcionários devidamente capacitados e treinados para o exercício de suas obrigações.

c) Os conhecimentos adquiridos devem estar relacionados à operação com sistemas de controle de acesso, inclusive aqueles dotados por tecnologia da informação.

- d) A Contratada deverá prever para os funcionários alocados neste Contrato, treinamento mínimo de 5 (cinco) dias, prévios ao efetivo início de execução, em seus respectivos postos de serviços; bem como semestralmente, em sede de reciclagem necessária para aprimoramento, sempre fora dos horários de expediente estabelecido pela Gestão Condominial/CDHU.
- 5.4.7 Prover, para todos os postos designados, trabalhadores com instrução mínima de segundo grau completo e idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- 5.4.8 Averiguar e identificar as necessidades do público, sanando dúvidas, fornecendo informações precisas e objetivas, sempre de forma educada e prestativa, ou encaminhá-los ao departamento responsável após devidamente anunciados.
- 5.4.9 Prestar serviço de apoio administrativo ao público em geral, sejam clientes, pacientes, visitantes ou funcionários, respeitando os procedimentos da Gestão Condominial/CDHU.
- 5.4.10 Efetuar a reposição da mão de obra, no prazo máximo de 2 (duas) horas, quando ocorrer ausência do profissional titular, sempre que solicitado pela fiscalização, não sendo permitida, em razão da ocorrência, a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).
 - a) A cobertura do profissional após este prazo repercutirá no desconto proporcional às horas faltantes.
- 5.4.11 Instruir seu preposto e profissionais disponibilizados para a execução dos serviços Objeto desta contratação quanto à necessidade de acatar as orientações da administração e da Fiscalização do Contrato, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas dos Edifícios CIDADE I, II e IV.
- 5.4.12 Observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional.
- 5.4.13 Manter disponibilidade de profissionais, dentro dos padrões desejados, para garantir a execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença de qualquer tipo, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
 - a) Qualquer alteração de pessoal por iniciativa da Contratada deverá ser comunicada à Gestão Condominial/CDHU com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.
- 5.4.14 Relatar a Gestão Condominial/CDHU, toda e qualquer anormalidade observada em virtude da prestação dos serviços.
- 5.4.15 Fornecer obrigatoriamente cesta básica e vale-refeição aos empregados envolvidos na prestação dos serviços e qualquer

outro benefício estabelecido na legislação vigente.

- 5.4.15. Fornecer aos empregados envolvidos diretamente na execução dos serviços Objeto desta contratação os uniformes e complementos adequados ao desenvolvimento das atividades, com a identificação da Contratada, submetendo-os previamente à aprovação da Gestão Condominial/CDHU, e os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's necessários, sem ônus a estes, fiscalizando e exigindo a obrigatoriedade de seus usos quando na prestação dos serviços.
- 5.4.16 Apresentar à Gestão Condominial/CDHU, quando solicitado, comprovantes de pagamentos de salários, de fornecimento de benefícios estabelecidos na respectiva CCT vigente, de apólices de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas aos seus empregados que foram alocados à prestação dos serviços desta contratação.
- 5.4.17 Assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes a este Termo.
- 5.4.18 Substituir, em no máximo 2 (dois) dias úteis, mediante solicitação formal e a critério da Gestão Condominial/CDHU, qualquer de seus empregados designados para executar as tarefas inerentes ao Contrato, que não esteja correspondendo aos padrões estabelecidos e/ou não sejam qualificados; ou de modo imediato, quando sua permanência for julgada inconveniente.
- 5.4.19 Assegurar que todo o empregado que cometer falta disciplinar não seja mantido no posto ou quaisquer outras instalações da prestação dos serviços.
- 5.4.20 Prover todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CDHU.
- 5.4.21 Tomar partido sobre todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste Contrato, ainda que acontecido em dependência dos Edifícios CIDADE I, II e IV.
- 5.4.22 Cumprir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal relacionada à execução deste Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- 5.4.23 Arcar com os encargos fiscais e comerciais resultantes desta

contratação.

- a) A inadimplência da Contratada, em relação aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CDHU, nem pode onerar o Objeto desta contratação.
- 5.4.24 Cumprir todas as orientações da Gestão Condominial/CDHU, para o fiel desempenho das atividades específicas; realizando-as com esmero e perfeição.
- 5.4.25 Atender às normas disciplinadoras e demais regulamentos em vigor nas dependências dos Edifícios CIDADE I, II e IV.
- 5.4.26 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Gestão Condominial/CDHU, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas.
- 5.4.27 Fazer com que seus empregados cumpram rigorosamente todas as suas obrigações e boa técnica nos serviços.
- 5.4.28 Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização do Contrato, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição dos fatos.
- 5.4.29 Fornecer por escrito relatório mensal sobre os serviços prestados e acatar sugestões motivadas, visando corrigir possíveis falhas e melhor atender às necessidades da Gestão Condominial/CDHU.
- 5.4.30 Recrutar em seu nome e sob sua responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhes todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros, em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer ônus adicional para a CDHU.
- 5.4.31 O supervisor da Contratada deverá, obrigatoriamente, inspecionar mensalmente os locais de prestação dos serviços, com frequência, mínima, de uma vez por semana, a combinar com a Gestão Condominial/CDHU.
- 5.4.32 Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação, e incorreta ou inadequada utilização.
- 5.4.33 A Contratada não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, nem poderá subcontratá-los, zelando pela sua boa e fiel execução.
- 5.4.34 A Contratada deve estar alinhada à conformidade dada pelo Decreto n.º 8.373/2014 e à orientação da Resolução do Comitê Diretivo n.º 2, de 30 de agosto de 2016, atualizada pela

Resolução CD n.º 03, de 29 de novembro de 2017, a qual determinou o cronograma¹ de implantação progressiva do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial.

5.5 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações da CDHU:

- 5.5.1 Indicar formalmente, no prazo de 2 (dois) dias a contar da data da assinatura do Contrato, o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual.
- 5.5.2 Expedir Ordem de Início dos Serviços – O.I.S., com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data do início da execução dos mesmos.
- 5.5.3 Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços objeto desta contratação.
- 5.5.4 Fornecer a infraestrutura necessária à execução dos serviços, tais como a disponibilidade de computadores, telefones, linhas telefônicas e internet.
- 5.5.5 Em razão do uso de uniforme, é garantido à equipe alocada da Contratada a utilização de vestiário para troca de roupas, com disponibilização de armários, além do uso das instalações sanitárias, observando o disposto na alínea "a" subscrita, e do refeitório, quando necessário.
 - a) Nos termos do item 24.1.12. da NR-24 "Condições Sanitárias dos Locais de Trabalho", objeto da Portaria MTE n.º 3.214, de 8/6/78, o uso de chuveiros das instalações sanitárias existentes nos Edifícios CIDADE I, II e IV está restrito ao pessoal operacional, ali alocado pela Contratada, e sempre no caso da realização de trabalhos com exposição a substâncias tóxicas, irritantes, infectantes, alergizantes, poeiras ou substâncias que provoquem sujidade, e nos casos em que estejam expostos a calor intenso.
- 5.5.6 Exercer a fiscalização dos serviços, supervisionando o desenvolvimento dos trabalhos; o que não exime a Contratada da responsabilidade sobre os mesmos.
- 5.5.7 Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com condições e preços pactuados no Contrato.

6. DA GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei n.º 13.303/2016 e disposições do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da CDHU, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 As comunicações entre a CDHU e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 A CDHU poderá convocar o preposto da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 Após a assinatura do contrato, a CDHU poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Do Preposto

- 6.6 A Contratada designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7 A CDHU poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Contratada, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.8 Da Fiscalização

- 6.7.1 A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (ais) do Contrato, ou pelo (s) respectivo (s) substituto (s), conforme artigos 174 e 175 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da CDHU.
- 6.7.2 Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CDHU é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, através de seus funcionários ou prepostos formalmente designados, exercer a mais ampla e completa

fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:

- a) Ter livre acesso aos locais de execução dos serviços.
- b) Exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo-lhe, também realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela Contratada.
- c) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de profissionais da Contratada que estiverem sem uniforme ou crachá, que embarçarem ou dificultarem a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a exclusivo critério da CDHU, julgar inconveniente.
- d) Fazer exigências à Contratada, sempre que julgar necessário, para a proteção a integridade física dos trabalhadores durante o exercício das atividades e de terceiros.
- e) Executar mensalmente a medição dos serviços, avaliando as quantidades de serviços efetivamente executados, considerando descrição detalhada dos serviços prestados no período considerado.

6.7.3. A fiscalização técnica, administrativa e setorial quanto à execução contratual poder-se-á, se o caso e por designação da CDHU, ser exercida por único responsável.

6.7.4. A fiscalização dos serviços pela CDHU não exime nem diminui a completa responsabilidade da Contratada por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

6.8. Da Fiscalização Técnica

- 6.8.1. O fiscal técnico do Contrato acompanhará a execução contratual, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8.2. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.8.3. O fiscal técnico realizará, em conformidade com o Contrato, as conferências dos serviços executados, e aprovará a planilha de medição emitida pela Contratada.

- 6.8.4. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle contratual, precipuamente dos quantitativos e prazos estabelecidos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução deste objeto.
- 6.8.5. O fiscal técnico do Contrato informará ao gestor contratual, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.8.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução contratual nas datas aprazadas, o fiscal técnico do Contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor contratual.
- 6.8.7. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.9. Da Fiscalização Administrativa

- 6.9.1. O fiscal administrativo do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará a reserva orçamentária, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor contratual para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.9.3. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 6.9.4. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso da Contratada que mantém vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
 - 6.9.4.1. No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

- 6.9.4.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.
 - 6.9.4.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada.
 - 6.9.4.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços.
 - 6.9.4.1.4. Cópia do Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m).
 - 6.9.4.1.5. Comprovação de capital social integralizado compatível com número de empregados, na forma do artigo 4º-B da Lei n. 6.019/1974 e suas alterações.
- 6.9.4.2. Até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, se não houver equivalente), a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações:
- 6.9.4.2.1. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.
 - 6.9.4.2.2. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF – FGTS).
 - 6.9.4.2.3. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas.

6.9.4.3. Quando solicitado pela CDHU e no prazo fixado, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços:

6.9.4.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado.

6.9.4.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador a CDHU.

6.9.4.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários.

6.9.4.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigado por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

6.9.4.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.9.4.4. A Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:

6.9.4.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade da Contratada sem extinção de seus contratos de trabalho.

6.9.4.4.2. Documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de

obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados.

- 6.9.4.4.3. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais.
 - 6.9.4.4.4. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado.
 - 6.9.4.4.5. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.9.5 Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam os subitens anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa à Contratada, conforme previsto no instrumento da contratação.
- 6.9.6. Sempre que houver admissão de novo empregado pela Contratada, os documentos correspondentes aos exigidos no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, conforme esta seção, deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado à CDHU, com a apresentação pela Contratada de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 6.9.7. A CDHU deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.9.8. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, a Contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições:
- 6.9.8.1 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
 - 6.9.8.2. Para fins de comprovação da tentativa a que se refere o subitem anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

- 6.9.8.3. Não haverá pagamento adicional pela CDHU à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas no subitem anterior.
- 6.9.9. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.9.10. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.9.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, a CDHU oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.9.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, a CDHU oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.
- 6.9.13. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito da CDHU.
- 6.9.13.1. A CDHU adotará as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais obrigações contratuais pela Contratada sempre que identificar descumprimento inclusive quando for cientificado dessa circunstância por meio do recebimento de notificação formal enviada por trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.
- 6.9.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CDHU comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada.
- 6.9.14.1. Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte da Contratada no prazo de 15 (quinze) dias, a CDHU poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados da

Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido à Contratada.

6.9.14.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CDHU para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas no subitem acima.

6.9.14.3. Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados da Contratada não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pela CDHU em relação aos empregados da Contratada por quaisquer obrigações dele decorrentes.

6.9.15. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.9.16. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.9.17. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.9.18. As disposições previstas no Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.9.19. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.10. Do Gestor do Contrato

6.10.1. O gestor do Contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica e administrativa dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção do Contrato.

- 6.10.2. O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins da autorização da despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal de atendimento das obrigações assumidas contratualmente e do pagamento da despesa.
- 6.10.3. O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei federal n.º 14.133/2021.
- 6.10.4. O gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.10.5. O gestor do Contrato deverá enviar a documentação pertinente à Superintendência de Finanças da Diretoria Administrativo-Financeira da CDHU para a formalização dos procedimentos de pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. Após o término de cada período mensal, a Contratada elaborará e apresentará, à CDHU, o Relatório de Medição, contendo cada um dos tipos de serviços efetivamente realizados e relacionados por Local de execução.
 - 7.1.1. Os serviços serão medidos mensalmente sempre no último dia de cada mês, compreendendo o período abarcado entre o 1º (primeiro) e o último dia de cada mês, e faturados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.
 - 7.1.2. Considerando a continuidade dos serviços, a primeira e última medições desta contratação poder-se-ão ocorrer proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados nos respectivos meses.
- 7.2. Após o término de cada período mensal, a Contratada elaborará Relatório, sempre no primeiro dia útil subsequente ao período no qual foram executados os serviços, contendo, individualizados por empreendimento – Edifícios CIDADE I/II e CIDADE IV, os quantitativos mensais dos serviços efetivamente realizados e os respectivos valores apurados, o qual deverá ser atestado pela Gestão Condominial/CDHU.
- 7.3. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

- 7.3.1. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pela Gestão Condominial/CDHU por motivos imputáveis à Contratada;
- 7.3.2. Para o levantamento e aprovação das correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados serão considerados:
 - 7.3.2.1. O número de dias efetivamente trabalhados no período considerado por tipo de posto; e
 - 7.3.2.2. O número de postos/dia medidos, o qual poderá ser impactado pelo valor equivalente à proporção da indisponibilidade dos serviços contratados por motivos imputáveis à Contratada, sem prejuízo das sanções estabelecidas no Contrato;
- 7.3.3. A realização dos descontos indicados no subitem 7.4.1 não prejudica a aplicação de sanções à Contratada, por conta da não execução dos serviços.
- 7.3.4. Feriados e “pontes” de feriados, nos quais não houver expediente na Administração ocupante dos locais de prestação dos serviços, e que conseqüentemente, não terão a necessidade da efetiva prestação dos serviços, e cujos dias serão previamente informados pela CDHU, não serão remunerados à Contratada.
- 7.4. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a Gestão Condominial/CDHU atestará a medição mensal, comunicando a Contratada, no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento do Relatório, o valor aprovado, e autorizando a emissão das correspondentes faturas, a serem apresentadas no dia subsequente à comunicação dos valores aprovados;
 - 7.4.1. A CDHU solicitará à Contratada, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

7.5. DA AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO

- 7.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, a ser apresentada (o) pela Contratada no primeiro dia subsequente à comunicação pela CDHU, a Superintendência de Administração de Serviços autorizará o pagamento dos serviços prestados, em função do atendimento das exigências contratuais; encaminhando-a (o) para a área financeira da CDHU para pagamento.
- 7.5.2. Para fins de autorização de pagamento, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentada (o) expressa os elementos necessários e essenciais

do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do Contrato e da CDHU;
- d) o período de vigência do Contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a autorização do pagamento da despesa, esta (e) ficará sobrestada (o) até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CDHU.

7.5.4. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada (o) da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, bem como acompanhada (o) da documentação subscrita:

- a) Guias de Recolhimento do INSS e FGTS, calculadas e recolhidas na forma da legislação pertinente, acompanhadas dos respectivos comprovantes.
- b) Quanto ao FGTS: Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pelo Conectividade Social; Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP-RE e Relação de Tomadores/Obras – RET.
- c) Cópia da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos nos serviços, contendo valores detalhados e recibo de quitação bancário ou cópia dos contracheques, bem como de comprovantes de benefícios a eles entregues.

7.5.4.1. A não apresentação desses documentos poderá causar a suspensão do pagamento até sua regularização por parte da Contratada.

7.5.5. A CDHU deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;

- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

- 7.5.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CDHU.
- 7.5.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CDHU deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.5.8. Persistindo a irregularidade, a CDHU deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 7.5.9. Havendo a efetiva execução deste objeto, o (s) pagamento (s) será (ão) realizado (s) normalmente, até que se decida pela extinção do Contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.6. DO PRAZO DE PAGAMENTO

- 7.6.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do aceite da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, emitido pelo Gestor do Contrato, desde que tenha sido autorizado o pagamento da despesa, conforme subitem 7.7, nos termos do art. 2º do Decreto estadual n.º 32.117/90 e suas alterações.
- 7.6.2. No caso de atraso pela CDHU, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente, nos termos do artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual n.º 67.608/2023, c.c. o artigo 1º do Decreto estadual n.º 32.117/1990, bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

7.7. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 7.7.1. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de crédito aberto em conta corrente no Banco do Brasil S/A, em nome da Contratada, sendo que o depósito da respectiva quantia pela CDHU configurará plena, geral e irrevogável quitação para todos os fins e efeitos de direito.

- a) Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da Contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN Estadual”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela Contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual n.º 12.799/2008.
- 7.7.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.7.3. A CDHU poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na Nota Fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
 - a) Independentemente do percentual do tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.7.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.8. DO RECEBIMENTO

- 7.8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo(s) fiscal(ais) técnico (s) e administrativo(s), no prazo de 2 (dois) dias, contados da comunicação escrita da Contratada da conclusão dos serviços, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório (TRP) assinado pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo constantes neste Termo de Referência e na Proposta Comercial.
- 7.8.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a nota fiscal para pagamento até que sejam sanadas eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

- 7.8.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta Comercial, devendo ser refeitos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.8.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis da emissão da TRP, por todos os agentes gestores envolvidos na contratação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) assinado pelas partes, uma vez comprovada a conformidade do objeto às obrigações contratuais.
- 7.8.5. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução deste objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela CDHU durante a análise prévia à autorização e ao pagamento da despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens/materiais nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução contratual.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Da Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Do Regime de Execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será a empreitada por preço unitário.

8.3 DA PROPOSTA COMERCIAL E DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

- 8.3.1 A Proposta Comercial deverá ser elaborada nos termos do Anexo I e acompanhada das Planilhas de Composição de Custos de Mão de Obra (I-A), de Encargos Sociais e Trabalhistas (I-B) e de BDI (I-C).
- 8.3.2 Os preços unitários ofertados não deverão conter qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, devendo contemplar, no máximo, duas casas de centavo/centésimo por cento.

- 8.3.3. O licitante deverá indicar, em Proposta Comercial – Anexo I deste Edital, o(s) sindicato(s), acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará (ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 8.3.4. Mês de referência de preços: Janeiro/2026.
- 8.3.5. A aceitabilidade dos preços unitário e total ofertados em Proposta Comercial (Anexo I) de Edital apresentada pelo licitante será aferida com base nos valores praticados em mercado, vigentes na data de referência de preços (**Janeiro/2026**), coerentes com a execução do objeto ora licitado, acrescidos dos respectivos encargos sociais e benefícios e despesas indiretas (BDI).

8.4 **DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

- 8.4.1 Para fins de Habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I - Da Habilitação Jurídica

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b) **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- c) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- d) **Filial, sucursal ou agência de sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência de sociedade empresária, respectivamente, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede e matriz.
- e) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou,

devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei n.º 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o artigo 107 da Lei n.º 5.764/71.

- I.1.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

II - Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa relativas a tributos federais e à Dívida Ativa da União, com prazo de validade em vigor, conforme Decreto federal n.º 8.302/14 e Portaria do Ministério da Fazenda 358, de 05/09/14.
- b) Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, obtida no endereço eletrônico: <http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>, com prazo de validade em vigor.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, com prazo de validade em vigor.

- II.1.** Serão aceitas Certidões Negativas e Certidões Positivas com Efeito de Negativas.

III - Da Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias antes da data fixada para o recebimento das propostas, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- b.1.) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1,00 (um);
- b.2.) Capital Social Integralizado ou Patrimônio Líquido Mínimo igual ou superior a R\$ 314.000,00 (trezentos e quatorze mil reais), até a data designada para abertura das propostas, admitida a atualização até essa data, através de índices oficiais, podendo ser comprovado sob a forma de qualquer das modalidades, a saber:
 - b.2.1.) Último Instrumento de Alteração Contratual, devidamente registrado; ou
 - b.2.2.) Balanço e Demonstrações Contábeis apresentados conforme alínea “b” supracitada.

III.1. As empresas criadas no exercício financeiro da Licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis por balanço de abertura.

III.2. Os documentos referidos neste inciso III do subitem 8.4.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

III.3. Os documentos referidos neste inciso III do subitem 8.4.1 deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

IV - Da Qualificação Técnica

- a) Atestado (s) emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, em nome do Licitante, que comprove (m) quantitativos correspondente(s) a 50% (cinquenta por cento) da execução pretendida, no(s) qual(ais) o Licitante tenha executado serviços de recepção, conforme subscrito:

Descrição dos Postos de Serviço licitado	Quantitativo de Postos de Serviço a serem atestados
20 (vinte) postos de serviço de recepção, com jornada de 44 horas semanais, diurno, de segunda a sexta-feira	10 (dez) (50%)

- a.1) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de execução similar, a apresentação e o somatório de diferentes Certidões ou Atestados de execução dos serviços objeto desta contratação.
- a.1) O (s) Atestado (s) ou Certidão (ões) deverá (ão), exemplificadamente, conter:
- Prazo contratual, datas de início e término.
 - Local de execução dos serviços.
 - Natureza dos serviços.
 - Quantidades executadas.
 - Caracterização do bom desempenho do licitante.
 - Outros dados característicos.
 - A identificação da pessoa jurídica emitente, bem como o nome, o cargo e o telefone do signatário.
- a.2) Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, em se tratando de prestação de serviços continuados, se decorridos, no mínimo, 12 (doze) meses do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
- a.3) O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou obter a confirmação do teor da documentação apresentada, solicitando ao licitante documentos complementares, tais como: Nota (s) Fiscal (ais), Contrato, Ordem de Serviços, etc.

b) Atestado que o Licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, nos termos do Anexo II-A do Edital.

b.1) O Atestado supracitado poderá ser substituído por Declaração formal, assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, nos termos do Anexo II-B do Edital.

8.4.2 Das Outras Comprovações

a) Declaração, conforme modelo apresentado no Anexo II-C (Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação) do Edital, subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a.1) Cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual.

a.2) Atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal n.º 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal n.º 13.467/2017.

b) Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133/2021:

b.1) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o Contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos artigos 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n.º 5.764/71.

b.2) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

b.3) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata de assembleia.

b.4) Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia.

- b.5) Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- b.6) A última auditoria contábil-financeira de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento das alíneas anteriores.

9. DO VALOR TOTAL REFERENCIAL DA CONTRATAÇÃO

- 9.1 O custo estimado desta contratação possui caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das Propostas, nos termos do caput do art. 34 da Lei federal n.º 13.303/16 e do artigo 39 do RILC CDHU.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Administração Indireta do Estado.
- 10.2. No presente exercício, esta contratação será atendida pela seguinte dotação:
 - I) Gestão/Unidade: 2.01.00.01 – Núcleo de Gestão Condominial - SAS
 - II) Fonte de Recursos: Recursos Próprios da Administração Indireta.
 - III) Programa de Trabalho: Administração da Unidade.
 - IV) Elemento de Despesa: Serviços - Fluxo Financeiro n.º 13.01.07.02 – Benefícios e Facilidades.
 - V) Plano Interno: Atividades administrativas da Companhia – Gestão Condominial.

São Paulo, 23 de janeiro de 2026.

Marcos Bueno

Apoio Administrativo

ANEXO V

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. REFERENCIA LEGAL – INFORMAÇÕES BÁSICAS

N. do Estudo Técnico Preliminar: 47/2025

Categoria do objeto: Serviços

Processo Administrativo: CDHU SEI n.º 387.00004378/2025-24

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria de Planejamento e Gestão, atual SDR, e a CDHU trata da administração e gestão condominial, técnica e administrativa, dos Edifícios CIDADE I, II e IV, conforme relacionadas no Plano Operacional – Anexo I do referido TCT, compreendendo a gestão dos serviços e facilities, envolvendo a contratação, acompanhamento, controle e fiscalização.

Considerando que todos estes serviços e facilities são prestados por empresas terceirizadas, e visam propiciar melhores condições de segurança, conforto, higiene, salubridade, limpeza, proteção, controle, monitoramento, comunicação, saúde, manutenção, conservação e operacionalidade dos ambientes, entre outros, a todos os ocupantes, usuários e visitantes dos Edifícios CIDADE I, II e IV.

E que entre estes serviços proporcionados, inclui-se, conforme disposto na alínea “e” do item 2 – “Serviços Contínuos de Atendimento” do Plano Operacional, anexo I do TCT vigente, a prestação dos Serviços de Recepção, visando proporcionar condições de atendimento ao público, recebimento e controle de correspondências, controle de acesso e auxílio aos visitantes dos Edifícios CIDADE I, II e IV, a seus inúmeros usuários demandantes, em torno de 6.000 diários, entre ocupantes fixos das diversas Unidades Administrativas, 25 no total, e população flutuante dos Edifícios CIDADE I, II e IV.

Neste diapasão, considerando que esta Companhia não possui no seu quadro de funcionários profissionais especializados para a execução dos serviços de recepção, nestas respectivas Edificações, necessária face à natureza dos serviços que seja contratada empresa especializada para tanto.

3. AREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Núcleo de Gestão Condominial	Superintendência de Administração de Serviços – SAS - Carlos Eduardo dos Reis Leal

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- a. Os serviços serão desempenhadas por profissionais cujas categoriais são reconhecidas legalmente e estão relacionadas na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. A atividade objeto desta licitação está disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores, nos quais, os serviços são comparáveis entre si, enquadrando-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei n.º 10.520/02 e o Decreto n.º 10.024/2019
- b. A empresa contratada fornecerá equipe técnica qualificada no perfil adequado ao desenvolvimento das atividades que atenda de forma eficiente o objeto.
- c. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados e habilitados, sob a supervisão direta da empresa prestadora dos serviços, obedecendo rigorosamente aos procedimentos recomendados, para uso de equipamentos, sistemas, ferramentas e utensílios e as demais normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes.
- d. Os serviços deverão ser executados de forma a recepcionar, prestar informações, identificar e encaminhar cidadãos, servidores e colaboradores, assistidos, assim como representantes de instituições públicas e privadas, inclusive por meios eletrônicos.
- e. Os empregados da CONTRATADA deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação.
- f. Os salários e benefícios deverão atender as diretrizes Constitucionais, a Consolidação da Leis do Trabalho, assim como o disposto em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho vigentes, respeitando direitos da categoria.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Consoante pesquisa realizada em outros órgãos da Administração e os parâmetros definidos em Volume 19 – Prestação de Serviços de Recepção do CADTERC, em razão da natureza contínua dos serviços, a única forma de licitar este objeto é mediante contratação de empresa especializada para prestação de serviços recepção, com a efetiva cobertura dos postos designados, para atender as necessidades dos Edifícios CIDADE I, II e IV, conforme endereços constantes da Tabela de Locais, para atender as necessidades da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO - CONTRATAÇÃO COMO UM TODO.

Para a fiel e eficiente execução contratual, caberá à Contratada prestar os Serviços de Recepção, conforme as especificações técnicas descritas em Termo de Referência, para atender às necessidades dos Edifícios CIDADE I, II e IV administrados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU.

A função do profissional que atua nas recepções e portarias de órgãos públicos, no atendimento daqueles que procuram serviços públicos, situa-se como cargo estratégico para a instituição, uma vez que atende, informa e direciona pessoas, assim como controla o acesso físico ao local.

A contratação de empresa especializada em serviços de recepção transfere a terceiro atividade-meio. Todavia, o profissional de recepção contribui para a dinâmica e execução das atribuições da CDHU, de modo assegurar condições adequadas de funcionamento dos prédios CIDADE I, II e IV.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Descrição dos Postos de Serviço de Recepção	Postos	Locais
44 horas semanais, diurno, de segunda a sexta-feira	18 (dezoito)	Edifícios CIDADE I e II
44 horas semanais, diurno, de segunda a sexta-feira	02 (dois)	Edifício CIDADE IV
TOTAL	20 (vinte)	

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do caput do art. 34 da Lei federal n.º 13.303/16, o valor estimado para a contratação será sigiloso até a fase de homologação da licitação.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

Não aplicável o parcelamento por não haver possibilidade de divisão do objeto.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para este objeto, não há correlação e/ou interdependência de outras contratações existentes, para o alcance de seus plenos objetivos.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está alinhada na previsão do orçamento 2026 desta CDHU.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A pretensa Contratação trará diversos benefícios a CDHU, visto que a atividade de recepcionar assistidos, servidores e colaboradores, bem como visitantes, contribui para o bom funcionamento das Unidades Administrativas dos Edifícios CIDADE I, II e IV.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se aplica dada a natureza do objeto a ser contratado.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Considerando as justificativas, os requisitos e o modelo de contratação explanados neste ETP, restam presentes as condições que ratificam sua plena viabilidade.

Marcos Cesar Bueno da Silva
Apoio Administrativo